

Ásia: Democracia e Valores Culturais

O debate sobre a incompatibilidade fundamental entre os valores asiáticos e a democracia pluralista, que dominou os debates políticos na região depois do fim da Guerra Fria, após o edito de Francis Fukuyama sobre o fim da história Hegeliana, desapareceu do mapa, apesar da democracia não ter desaparecido da Ásia, como demonstram as consolidações democráticas na Coreia do Sul e em Taiwan, bem como as transições democráticas pós-autoritarismo experimentais na Indonésia e nas Filipinas.

A questão dos valores culturais e regionais impondo limites à expansão da democracia tem-se, desde então, deslocado da Ásia oriental para o Islão e Médio Oriente – de facto, para o Médio Oriente e países árabes em vez do arco islâmico, dado que se tem de levar em linha de conta a Turquia, mas também a Indonésia, ambos os casos demonstrando os limites da validade dos argumentos sobre o fosso crescente opondo a cultura política islâmica e a democracia liberal. No caso muçulmano árabe, os argumentos realçam sobretudo a questão da secularização e da separação entre estado e religião, que é uma questão irrelevante no caso das grandes religiões asiáticas.

Em certo sentido, os argumentos contra a natureza iliberal dos valores asiáticos parecem ter prevalecido, nomeadamente os argumentos de Amartya Sen sobre a heterogeneidade da Ásia – com a Índia a desempenhar um contraponto democrático improvável à excepcional resiliência da autocracia comunista na China – bem como sobre a complexidade e diversidade interna das interpretações da cultura política chinesa e indianas, opondo, como em qualquer outra parte, os valores da tolerância e moderação aos valores da ordem e segurança (Sen (1997). Também a ascensão da China tornou a estratégia de políticas de identidade regionais associada aos valores asiáticos, menos atractiva, nomeadamente aos estados menores da Ásia Sudoeste, incluindo a Malásia e Singapura, os antigos baluartes do discurso antidemocrático sobre os valores asiáticos. Finalmente, o debate dos valores asiáticos estava ligado às percepções regionais de declínio estratégico, económico e moral americano e essas percepções não sobreviveram à crise económica asiática de 1998 ou à crescente dependência de estados regionais dos Estados Unidos

como a única grande potência asiática preparada para conter o poder emergente da China.

São as questões regionais e culturais sobre os valores asiáticos e democracia ainda relevantes na Ásia? Obviamente, há uma questão regional. Contrariamente à Europa Ocidental, América do Norte ou mesmo a América Latina, na Ásia – Ásia Oriental, Ásia Meridional e Ásia Central – os regimes democráticos são ainda uma minoria e parece existir uma diversidade crescente de regimes autoritários, incluindo regimes de sultanato tradicionais e modernos (Brunei e Coreia do Sul), regimes comunistas capitalistas e socialistas (China e Coreia do Norte), regimes pretorianos autoritários e democráticos (Paquistão e Indonésia), monarquias com governos maoístas e pós-maoístas (Nepal e Camboja), regimes carismáticos pós-constitucionais (Timor Leste) e também um forte reavivar de regimes corporativistas autoritários e nacionalistas (Singapura e Malásia), que pode vir a ser a principal tendência regional para mudança de regime na Ásia.

Há também uma questão cultural? Seymour Martin Lipset (Lipset (2005) insiste que ela existe, na Ásia e em qualquer outra parte, pois as culturas políticas tradicionais, incluindo a cultura política dominante nos países católicos, levam muito tempo a mudar para além das escolhas da elite que podem forçar uma transição política para a democracia. No caso da maioria dos países asiáticos, as escolhas da elite continuam a opor-se à democracia liberal. Quinze anos depois do fim da Guerra Fria e o triunfo histórico da democracia, regimes autoritários continuam a ser a regra na Ásia. A Índia e o Japão são democracias estáveis mas são a excepção a essa regra; Sri Lanka até agora tem mantido as instituições democráticas mesmo perante a sublevação Tamil; a consolidação da democracia na Coreia do Sul e Taiwan é um sinal



importante, assim como as transições na Indonésia e nas Filipinas. Mas nenhuma das antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central descobriu o seu caminho em direcção à democracia liberal; a China, Coreia do Norte e Vietname mantêm os seus regimes comunistas; o Paquistão e o Bangladesh parecem incapazes ou não estão dispostos a subjugarem o pretorianismo; Myanmar permanece fechada ao exterior; Singapura, Malásia e Tailândia, Camboja e Laos são, na melhor das hipóteses, semi-autoritários.

Certamente que há desenvolvimentos positivos em alguns regimes autoritários. A repressão política foi mitigada, nomeadamente no Vietname e na China (mas não na Coreia do Norte e Myanmar). No caso da China, a situação tem mudado dramaticamente desde Tian'anmen, confirmando a transição em direcção a uma fase pós-mobilizacional no regime comunista. Sem dúvida, a repressão contra as congregações religiosas, nomeadamente contra as igrejas cristãs, continua, bem como contra o movimento Falun Gong e dissidentes políticos, mas há uma melhoria global, incluindo algum respeito por

direitos cívicos básicos. Os próximos Jogos Olímpicos em 2008 serão uma oportunidade fundamental para os movimentos políticos e religiosos e as suas manifestações – se sequer for permitido que tenham lugar – para colocarem o regime comunista à prova.

Também não existe mais uma defesa política dos valores asiáticos versus democracia pluralista, nem mesmo na China, onde qualquer movimento político e religioso independente é acusado de fazer parte de uma trama ocidental para minar o regime comunista, ou um seguimento das estratégias de “evolução pacífica” que, de acordo com a elite comunista chinesa, acabaram com o regime comunista soviético e estão nas origens do movimento de democracia de

Tian'anmen. Contrariamente, o regime comunista tem adoptado a democratização como um dos seus objectivos oficiais – não como a “quinta modernização”, mas como um movimento controlado e (muito) lento em direcção à democracia, definida em termos gerais como uma democracia pluralista. (Isto é uma melhoria em relação à proclamação de Deng Xiaoping da China como a democracia mais avançada, fazendo recordar ligeiramente a máxima de Estaline sobre a



Constituição de 1936, a mais democrática no mundo. A nova liderança comunista chinesa admite a democracia como um objectivo a longo prazo, e realça que, na China, ordem, unidade e desenvolvimento tem que ter precedência sobre a democratização). Sem dúvida, há muito poucos sinais de democratização – competição limitada em eleições locais é dificilmente um passo digno de nota na direcção de uma mudança política verdadeira.

Hans Kelsen escreveu outrora que o reconhecimento comunista da superioridade da democracia é somente o preço que o vício tem de pagar à virtude mas, todavia, pode ainda ter algumas consequências positivas na evolução política chinesa, como acon-

teceu anteriormente no caso da União Soviética e Europa de Leste.

Quais são as bases para essas escolhas das elites contra a democracia? Obviamente, factores culturais e regionais são um factor relevante para essas escolhas. As elites políticas governantes na Ásia não têm de enfrentar uma pressão significativa vinda de baixo para democratizar os seus regimes (tal como antigamente na União Soviética, as facções dissidentes são uma minoria isolada e no caso da China com muito poucas individualidades proeminentes). A ausência de tais movimentos de base não pode, por sua vez, ser dissociada da falta de uma cultura política democrática liberal. As escolhas das elites tendem a concentrar-se na sobrevivência de monarquias ou oligarquias prevaletentes na Ásia e esses regimes são considerados indispensáveis para defenderem os interesses nacionais, coesão social e mesmo a unidade do estado.

No caso da China, onde há mais de duas décadas um debate sobre democracia e federalismo tem decorrido entre as elites governantes, a questão da unidade do estado é crítica em mais de um sentido. Em primeiro lugar, o regime comunista tem adquirido a sua legitimidade nacional como o partido político que era capaz de reunificar a China continental e restaurar o estado. Em segundo lugar, a questão de Taiwan – o passo que falta para completar a reunificação – reforça as correntes nacionalistas na elite que se opõem à democracia. Em terceiro lugar, a história da China é uma de ciclos sucessivos de unificação e fragmentação, à custa de grandes guerras internas e civis.

O caso estranho da sobrevivência de regimes comunistas asiáticos também realça a importância das escolhas da elite e acentua os efeitos regionais limitados da vaga de democratização no final da Guerra Fria. Nos casos da China e do Vietname, comunismo e nacionalismo foram aliados históricos nos movimentos revolucionários iniciais e consolidaram a sua aliança desde a fundação da República Popular da China e a unificação do Vietname; também, em anos posteriores, ambos os regimes comunistas chinês e vietnamita tem-se tornado bem sucedidos na gestão do seu desenvolvimento económico, contrastando com o falhanço da Rússia pós-comunista; e no caso específico da China, a geração da Revolução Cultural não está preparada para enfrentar outra grande convulsão política e parece contentar-se com o “despotismo benigno” do regime pós-maoísta, que é claramente uma mudança radical das fúrias totalitárias dos anos sessenta.

É de esperar uma vaga de democracia na Ásia? Ivan Krastev já anunciou que a “terceira vaga” está acabada e não há qualquer motivo para esperar

uma quarta vaga. As duas primeiras vagas acompanharam os efeitos da Grande Guerra de 1914-1918 e da Segunda Guerra Mundial e é improvável que esse cenário se repita. Pelo contrário, a última vaga começou com um inesperado golpe de estado militar em Lisboa, fundamentalmente motivado pela necessidade de por um fim a uma guerra colonial e a um império ultramarino que, de uma maneira ou de outra, tinha conseguido fugir à descolonização. Neste caso, tem que se realçar a importância das dinâmicas da homogeneização na Europa durante a Guerra Fria que fizeram da democratização em Espanha e Portugal, quer um assunto estratégico e político relevante nas relações Leste-Oeste, quer uma escolha imperativa para as elites locais. Mas este não é o caso da Ásia, onde a heterogeneidade de regimes prevalece e não há nenhum movimento para a homogeneização regional, muito menos uma tendência para a homogeneização democrática, que neste momento não parece ajustar-se às prioridades estratégicas dos Estados Unidos, Índia ou Japão para o desenvolvimento político da Ásia (com algumas possíveis excepções nos casos do Afeganistão, Paquistão e talvez Myanmar).

Contudo, mesmo sem uma grande vaga de democratização, é importante ter em consideração algumas tendências positivas. O argumento cultural regional ou dos valores asiáticos é irrelevante no que diz respeito aos direitos cívicos: tendências tolerantes e moderadas são fortes na cultura política asiática e os direitos cívicos podem também ser respeitados em monarquias e oligarquias (embora não em regimes tirânicos ou despóticos), e podem ser tolerados em alguns regimes autoritários mas não nos totalitários e de sultanato.

O assunto verdadeiramente difícil é o de como avançar para uma inteiramente nova forma de vida política baseada na liberdade e limitação constitucional do poder do estado : essa nova forma é a forma ocidental desde as Revoluções Inglesa, Americana e Francesa. Para os países asiáticos, em geral, tornarem-se democracias liberais significaria mais um passo para a ocidentalização depois da maioria, incluindo agora a China e o Vietname, ter feito esforços tremendos para se adaptar ao modelo ocidental de industrialização e desenvolvimento de maneira a tornarem-se economias de mercado competitivas.

Ainda não existe um círculo eleitoral de bases para a democracia liberal em muitos países asiáticos e isto significa que as escolhas das elites permanecem decisivas: se algum movimento pode ser esperado, este terá de depender da evolução dos debates da elite sobre democracia e factores externos que, uma vez mais, tanto podem ser positivos como factores contraproducentes.